

SUMÁRIO

PARTE I - INTRODUÇÃO À DISCIPLINA.....	1
I. O DOMÍNIO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	3
O Objeto	3
A Denominação.....	7
O Relacionamento do DIP com as outras Disciplinas Jurídicas....	10
Direito Internacional Privado e Direito Internacional Público.....	12
A “Sociedade Internacional”	14
A Ótica da Disciplina.....	15
O Direito Público no Âmbito do Direito Internacional Privado...	17
Os Conflitos Interespaciais.....	19
Os Conflitos Interpessoais.....	21
Amor pela Disciplina	22
Quadro Sinótico	24
II. HISTÓRIA E TEORIA DO CONFLITO DE LEIS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	25
Antiguidade	25
Os Bárbaros e a Personalidade das Leis.....	27
O Regime Feudal e a Territorialidade das Leis	28
Os Centros de Mercancia da Idade Média.....	29
Teorias Estatutárias	30
Doutrinas Modernas.....	38
O Método do DIP.....	45
III. FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	49
A) <i>Fontes</i>	49
A Lei.....	49
A Doutrina	53

A Jurisprudência.....	54
Tratados e Convenções	55
Roteiro para Internalização dos Tratados no Direito Brasileiro.....	59
A Convenção não Ratificada como Fonte de Direito	61
Tratado de Lima.....	63
Tratados de Montevidéu	64
Código Bustamante.....	65
Conferência Especializada Interamericana sobre DIP	69
Mercosul.....	70
<i>Restatement of the Law of Conflict of Laws</i>	71
As Convenções da Haia.....	71
Liga das Nações e Nações Unidas.....	75
Academia de Direito Internacional.....	77
Outras Instituições	77
Jurisprudência Internacional.....	79
<i>B) Conflito entre Fontes</i>	80
Lei <i>v.</i> Tratado	80
Conflito entre Constituição e Tratado	85
Jurisprudência Brasileira.....	87
Recurso Extraordinário n. 80.004.....	89
Crítica da Doutrina	91
Em Defesa do Acórdão.....	92
Hipóteses Especiais	94
De Volta aos Acórdãos Antigos	98
A Convenção de Varsóvia (Montreal) sobre Transporte Aéreo.....	99
Proteção de Marca	103
A Questão da Prisão Civil	103
A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados	106
Conflito Tratado <i>v.</i> Constituição na União Europeia.....	106
Conflito Tratado <i>v.</i> Lei na União Europeia.....	107
Direito Internacional Privado <i>v.</i> Direito Comunitário	108
Crise no Direito Internacional dos Estados Unidos.....	110
PARTE II – PESSOAS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO...	113
IV. NACIONALIDADE.....	115
Nacionalidade e Direito Internacional Privado.....	115
Noção e Importância da Nacionalidade.....	117
Nacionalidade e Cidadania.....	118

Aquisição de Nacionalidade	120
Mudança de Nacionalidade	122
Direito Brasileiro da Nacionalidade: Nacionalidade Originária	125
Hipótese Inconstitucional de Nacionalidade Brasileira na Legis- lação	135
Naturalização	140
Direitos Especiais dos Portugueses	144
Perda da Nacionalidade	145
Reaquisição da Nacionalidade	152
Nacionalidade da Mulher Casada	153
Jurisprudência Brasileira sobre Perda de Nacionalidade	154
Conflitos de Nacionalidade Positivos e Negativos	156
Princípios e Regras Internacionais sobre a Nacionalidade	160
Jurisprudência Internacional	163
V. A CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO	167
A Entrada do Estrangeiro	167
Visto de Entrada	176
Fixação em Determinada Região do Território Nacional (Imigração Dirigida)	177
O Direito dos Estrangeiros Admitidos	179
Os Direitos do Estrangeiro no Brasil	181
Exercício de Atividades Políticas	184
Outras Restrições	187
Classificação de Direitos	193
Direito Comparado	194
Cargo Público	196
Assimilação dos Estrangeiros	200
Questões Profissionais	202
Estatuto do Refugiado e Asilado	202
Saída Compulsória do Estrangeiro	209
Expulsão do Estrangeiro	212
Natureza do Ato de Expulsão	217
Competência para Expulsar	218
Defesa do Expulsando	218
Defesa do Deportando	226
Casos Clássicos da Jurisprudência Brasileira	226
Retrospectiva do Direito de Expulsão no Voto do Ministro Thompson Flores	233
Indenização por Expulsão	238
Extradicação	239

VI. PESSOA JURÍDICA	245
Critérios de Determinação da Nacionalidade das Pessoas Jurídicas...	247
Direito Convencional.....	253
Tratados de Montevideu	253
Código Bustamante.....	254
Convenções da OEA (CIDIP II e III)	254
Tratado de Roma.....	255
Convenção de Bruxelas.....	256
Convenção da Haia.....	257
Convenção de Estrasburgo	257
Convenção do BIRD.....	257
Jurisprudência Estrangeira.....	258
Jurisprudência da Corte Internacional.....	259
O Direito Positivo Brasileiro.....	260
Funcionamento da Pessoa Jurídica Estrangeira no Brasil.....	266
Empresas Jornalísticas	268
Jurisprudência Brasileira	270
Restrição às Pessoas Jurídicas de Direito Público	272
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	273
 PARTE III – CONFLITOS DE LEIS NO ESPAÇO	 275
 VII. AS NORMAS SOBRE CONFLITOS DE LEIS	 277
Normas Indiretas.....	277
Normas Diretas.....	279
Normas Qualificadoras.....	281
Estrutura da Norma de DIP: Normas Unilaterais, Bilaterais e Justapostas.....	282
 VIII. DIREITO UNIFORME, DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E DIREITO COMPARADO	 289
Direito Uniforme.....	289
Direito Uniformizado	290
Entusiasmo Passageiro pelo Direito Uniforme.....	290
A Uniformização do Direito Econômico	292
Direito Uniforme e Direito Internacional Privado: Teorias de Asser e Jitta.....	293
Sistemas de Solução de Conflitos de Leis.....	294
Direito Internacional Privado Uniformizado.....	295
Os Quatro Fatores Resumidos.....	296
Direito Comparado	298

IX.	DIREITO INTERTEMPORAL E CONFLITO DE LEIS	303
	Sobredireitos e Conflitos Bidimensionais.....	303
	Direito Intertemporal Internacional.....	303
	Direito Internacional Intertemporal.....	305
	Jurisprudência Francesa (Direito Intertemporal Internacional).....	307
	Jurisprudência Brasileira (Direito Internacional Intertemporal).....	308
	Conflitos Móveis.....	309
X.	REGRAS DE CONEXÃO – LEI DETERMINADORA DO ESTATUTO PESSOAL	311
	Regras de Conexão.....	311
	As Regras de Conexão.....	313
	O Estatuto Pessoal.....	315
	Territorialidade.....	316
	Nacionalidade.....	317
	Domicílio.....	318
	Legislações Internas em Matéria de Estatuto Pessoal.....	325
	Mudança de Estatuto Pessoal – Conflitos Móveis.....	329
	O Estatuto Pessoal nas Convenções da Haia.....	331
	Os Tratados de Montevidéu.....	332
	O Código Bustamante.....	332
	Proposta do Instituto de Direito Internacional.....	333
	O Estatuto Pessoal no Direito Internacional Privado Brasileiro....	334
	Distinções em Matéria de Capacidade.....	339
	Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	340
	Exceção do Direito Cambiário.....	342
	Outras Regras de Conexão para o Estatuto Pessoal.....	343
	Jurisdição Competente v. Lei Aplicável.....	345
XI.	REGRAS DE CONEXÃO E PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	347
	Regras de Conexão.....	347
	I – Casamento.....	347
	Formalidades Habilitantes.....	347
	Formalidades de Celebração.....	348
	Capacidade Nupcial/Validade Substancial do Casamento...	349
	Efeitos Pessoais do Casamento.....	350
	Obrigação Alimentar entre os Cônjuges.....	352
	Efeitos Patrimoniais do Casamento – O Regime de Bens....	352
	Divórcio.....	354

Anulação de Casamento.....	355
Pais/Filhos	356
II – Direitos Hereditários	357
III – Bens.....	359
IV – Obrigações Contratuais	361
V – Obrigações por Atos Ilícitos.....	363
Princípios de Direito Internacional Privado.....	364
Princípios Positivos	365
I – Proximidade	365
II – Autonomia da Vontade	366
III – Proteção	366
IV – Lei mais Favorável.....	367
XII. APLICAÇÃO, PROVA E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO.....	369
Natureza Jurídica da Lei Estrangeira – Fato ou Direito?.....	370
Aplicação do Direito Estrangeiro.....	379
Prova do Direito Estrangeiro.....	381
Interpretação do Direito Estrangeiro	385
Adaptação	388
Jurisprudência Brasileira.....	389
PARTE IV – PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	391
XIII. QUALIFICAÇÕES	393
O Processo de Qualificação	393
Conceituar + Classificar = Qualificar	394
O Conflito das Qualificações.....	394
Os Exemplos.....	395
Determinação da Lei Qualificadora	397
Jurisprudência Inglesa	401
Jurisprudência Americana	404
A Qualificação no Direito Internacional Privado Brasileiro.....	405
Jurisprudência Brasileira.....	408
Noções Qualificadoras em Textos Convencionais e Domésticos ...	412
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	414
XIV. REENVIO	415
Primeira Fonte Jurisprudencial do Reenvio.....	417
O Caso Forgo.....	418

Debate em Torno do Reenvio	419
Teorias Conducentes ao Reenvio	421
Recusa do Reenvio Baseado na Lei Estrangeira como Fato	422
Reenvio de 2º Grau	423
Terminologia	424
Exceções à Aceitação do Reenvio	425
Sistema Britânico de Duplo Reenvio	427
Textos Legais Relativos ao Reenvio	427
O Direito Convencional e o Reenvio.....	429
Jurisprudência Francesa	435
Jurisprudência Belga	436
Jurisprudência Tunisina: Caso Duprève – Forgo, 2ª Edição	436
O Reenvio no Direito Internacional Privado Brasileiro.....	437
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	442
XV. ORDEM PÚBLICA.....	445
A Noção da Ordem Pública no Direito Internacional Privado.....	445
Histórico.....	448
Características da Ordem Pública.....	449
Os Três Níveis da Ordem Pública	454
Aplicação da Ordem Pública Condicionada pela Proximidade.....	461
Substituição da <i>Lex Causae</i> pela <i>Lex Fori</i>	462
O Papel do Juiz	462
Legislação Nacional e Estrangeira.....	463
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	466
Tratados e Convenções	466
Aplicações Veladas do Princípio da Ordem Pública.....	468
A Religião – Desaconselhada como Fator de Conexão	469
Jurisprudência Estrangeira e Comparada	470
O Repúdio da Mulher Muçulmana perante os Tribunais Ocidentais	474
Sentença Estrangeira Imotivada	476
Litispêndência e Soberania Nacional	479
Dívida de Jogo Contraída no Exterior	482
Ordem Pública no Plano Interestadual	484
A Ordem Pública Estrangeira e a Ordem Pública Universal.....	486
Conclusão.....	490
XVI. FRAUDE À LEI.....	493
Noção.....	493
Fundamentos da Fraude à Lei no DIP.....	493

Fraude à Lei no DIP e “ <i>Forum Shopping</i> ”	496
Consequências da Fraude à Lei	497
A Fraude à Lei nas Relações Familiares.....	499
Jurisprudência Francesa	501
Legislação	502
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	504
Fontes Internacionais.....	504
Fraude à Lei Estrangeira.....	505
A Fraude à Lei na Atualidade	507
XVII. A QUESTÃO PRÉVIA.....	509
XVIII. INSTITUIÇÃO DESCONHECIDA	517
Algumas Referências Legislativas	518
Hipóteses.....	519
A Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de DIP	520
XIX. TEORIA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.....	521
A Teoria de Pillet.....	521
A Contribuição de Machado Villela.....	525
Diplomas Internacionais	529
O Código Civil Português.....	532
Direitos Adquiridos e Ordem Pública	533
O Princípio no Direito Positivo Brasileiro.....	535
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	537
Escravidão	538
Outro Fundamento do Princípio dos Direitos Adquiridos	539
Direitos Adquiridos e Instituição Desconhecida	539
Direitos Adquiridos e Fraude à Lei.....	540
A Teoria Americana dos <i>Vested Rights</i>	540
PARTE V – CONFLITO DE JURISDIÇÕES (PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL)	543
XX. A NATUREZA DAS NORMAS DE DIREITO PROCESSUAL INTERNACIONAL.....	545
Normas Diretas e Unilaterais.....	545
Normas de Direito Público	545
A Equivocada Bilateralização das Normas do Direito Processual Internacional.....	546
Vedação à Bilateralização.....	546

Jurisprudência Brasileira	547
Jurisprudência Estrangeira.....	549
Fontes do Direito Processual Civil Internacional.....	550
<i>Lex fori, lex diligentiae e lex causae</i>	552
Interligação entre a Determinação da Lei Aplicável e a Competência no Plano Internacional.....	559
XXI. ALCANCE E LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL.....	563
Regras Gerais sobre Jurisdição (Competência Internacional).....	564
Competência Concorrente.....	564
Novas Hipóteses de Competência Concorrente Previstas no CPC de 2015.....	568
Relações de Consumo	568
Alimentos.....	570
Competência Exclusiva.....	570
Taxatividade ou não das Hipóteses de Competência Internacional....	572
Hipóteses Previstas em Tratados.....	573
A Eleição de Foro	574
Efeitos Positivos e Negativos da Cláusula.....	574
Direito Comparado e Convencional.....	575
Direito Brasileiro	578
A Eleição de Foro no CPC de 2015	581
XXII. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO E DE EXECUÇÃO	583
Introdução.....	583
Breves Noções Preliminares	583
Imunidade de Jurisdição.....	587
Tipos de Imunidade.....	587
Imunidade do Estado	588
Direito Brasileiro	591
A Renúncia à Imunidade pelo Estado.....	596
Extensão do Princípio	598
Imunidade em Matéria de Direitos Humanos	600
Imunidade de Execução.....	601
Execução Fiscal.....	603
Outros Tipos de Imunidades.....	604
XXIII. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL: CARTAS ROGATÓRIAS, HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS E AUXÍLIO DIRETO.....	609
Introdução.....	609

Cartas Rogatórias	610
Cartas Rogatórias Ativas.....	611
Cartas Rogatórias Passivas.....	611
Competência Interna para o <i>Exequatur</i>	611
Competência Internacional.....	614
Carta Rogatória Executória	617
Autoridade Requerente.....	618
Homologação de Sentenças Estrangeiras.....	620
Decisões que Precisam ser Homologadas	623
Auxílio Direto	625
XXIV. ARBITRAGEM INTERNACIONAL.....	629
Introdução.....	629
O Desenvolvimento da Arbitragem no Brasil.....	630
Arbitragem Internacional.....	633
Definição	633
A) Arbitragem Internacional de Direito Internacional Público....	633
B) Arbitragem de Investimentos.....	635
C) Arbitragem Comercial Internacional	636
Arbitragem Comercial Internacional no Direito Comparado.....	636
Arbitragem Comercial Internacional no Brasil.....	639
Disposições da Lei de Arbitragem Brasileira em Matéria de Arbitragem Estrangeira ou Internacional.....	642
Dispensa da Homologação Judicial no País de Origem do Laudo Arbitral	644
Dispensa da Citação da Parte Domiciliada no Brasil pela Via da Rogatória.....	647
PARTE VI – PARTE ESPECIAL.....	649
XXV. CONTRATOS INTERNACIONAIS.....	651
Algumas Considerações Iniciais.....	651
O Conceito de Contrato Internacional.....	651
A Incidência do Princípio da Proximidade em Matéria de Contratos Internacionais	655
A Escolha de Jurisdição e Lei Aplicável pelas Partes em Contratos Internacionais.....	657
Direito Internacional e Comunitário.....	657
Direito Brasileiro	662
Competência Internacional para Litígios Envolvendo Contratos na Ausência de Escolha pelas Partes	665

Direito Internacional e Comunitário.....	665
Direito Comparado	668
Direito Brasileiro	669
A Determinação da Lei Aplicável aos Contratos Internacionais na Ausência de Escolha pelas Partes	671
<i>Lex Loci Contractus</i>	671
Direito Aplicável à Forma do Contrato.....	673
Direito Aplicável à Substância do Contrato	676
Os Contratos Internacionais na Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercado- rias.....	681
Hipóteses de Incidência	682
Interpretação.....	685
XXVI. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL.....	687
Jurisdição.....	688
Ilícitos Praticados na Internet.....	691
Direito Aplicável.....	693
<i>Lex Loci Delicti Commissi</i>	693
A Revolução Americana.....	696
Os Princípios de Preferência de Cavers e suas Relações com os Princípios da Proteção e da Proximidade.....	697
A Repercussão da <i>Choice of Law Revolution</i> em Matéria de Ilícitos	698
A Doutrina da Dupla Acionabilidade	699
Danos Punitivos e Ordem Pública	700
Os Princípios da Autonomia e da Proximidade em Matéria de Ilícitos	701
Direito Brasileiro	702
BIBLIOGRAFIA.....	705